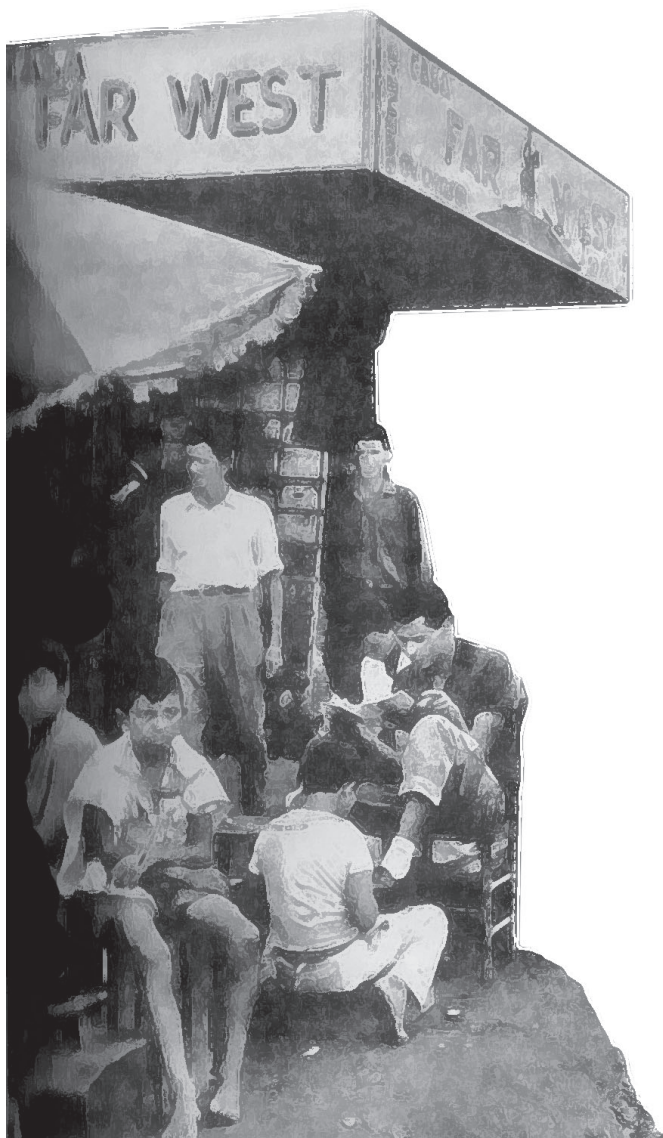


# Os “anos dourados”: memória e hegemonia



Núcleo Bandeirante. *Manchete*. 1960 (detalhe).

## *Heloisa Helena Pacheco Cardoso*

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Co-organizadora de *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: Edufu, 2005. [hhpcardoso@bol.com.br](mailto:hpcardoso@bol.com.br)

## Os “anos dourados”: memória e hegemonia

*Heloisa Helena Pacheco Cardoso*

### RESUMO

Este texto parte de uma indagação sobre os anos 50 no Brasil, que nos faz refletir sobre a relação entre história e memória: como entender o movimento constante de trazer, para o presente, referências sobre Juscelino Kubitschek e os “anos dourados”? Dos pronunciamentos políticos aos trabalhos acadêmicos, das homenagens à preservação de documentos pelos arquivos, a memória celebrativa tem ajudado a preservar a memória hegemônica sobre o período. Nas narrativas orais, como os depoimentos gravados pelo APDF, é possível buscar outras histórias nas muitas memórias daqueles que viveram a fase da construção da nova capital e ainda hoje habitam a cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** memória; narrativas orais; Brasília e JK.

### ABSTRACT

*The present work starts from a question about the fifties in Brazil, which causes us to reflect on the relation between history and memory: how to understand the constant movement of fetching to the present references of Juscelino Kubitschek and the “golden years”? From political pronouncements to academic work, from honors to the preservation of documents by the record office, the celebrative memory has helped preserve the hegemonic memory about that period. In oral narratives, as the testimonies recorded by APDF, it's possible to bring up other stories in the bulk of memories of those who lived the period when the new capital was being built and still today inhabit the city.*

**KEYWORDS:** memory: oral narratives; Brasília and JK.



*O que eu acho que tem que mudar é o principal, que a vida pelo menos seja igual para todos, mas saber que está colaborando, que está ajudando outras pessoas a viver, sendo auxiliadas, sempre a gente trabalhar junto, é um grupo, não é? Cada um dá a sua parcela de contribuição. E depois tem os que constroem, que é importante, e os que vão usar, e aí a gente vê que a arquitetura não é tão importante, que trabalhamos só para os ricos ou para os governos, os pobres ficam olhando de longe e achando aquilo bonito quando é bonito, achando graça quando é diferente.*

(Oscar Niemeyer – Entrevista para *Caros Amigos*, jul. 2006)

A revista *Caros Amigos* traz, em matéria intitulada “Um anjo comunista”, a entrevista completa realizada com o arquiteto Oscar Niemeyer, na qual ele analisa o presente vivido pelo país, demonstra um otimismo em relação ao futuro e, na referência ao passado, fala da sua aproximação com Juscelino Kubitschek e sobre Brasília. Foi se referindo

às suas experiências nos anos 50 e 60, com a construção da nova capital, que ele faz a afirmativa acima, em resposta a pergunta formulada por um dos entrevistadores<sup>1</sup>: “você não muda suas idéias desde aqueles tempos, não é?” Pergunta e resposta são indicativos de como o período dos chamados anos dourados ainda permanecem nas lembranças de muitos e como essas lembranças são realimentadas pelos meios de comunicação.

Reportagens em televisões, ou em jornais e revistas, investem na recuperação de memórias sobre os anos 50, centrando-as no personagem JK e na cidade de Brasília, símbolos das mudanças que modernizaram o país. A imagem do presidente Juscelino vem sendo reelaborada na sua positividade desde os anos de 1980. Naquele momento, quando os caminhos da ditadura pós-1964 indicavam o seu fim, trazer, para o social, temas como democracia, modernidade, otimismo, humanidade, cumpria a função de reforçar as expectativas da sociedade na possibilidade de um Brasil novo.

Esse investimento em uma dada memória, trazendo, para o presente, elementos dos anos 50, continua nas décadas seguintes. Anualmente, o nascimento de JK, a sua posse como presidente, a morte, a inauguração de Brasília são momentos onde as marcas de um passado se tornam oportunidade para reconstruir, a partir delas, a história do Brasil que se quer oficializar.

## Sentidos do passado

Muitas foram as reportagens produzidas tendo como referência a fase juscelinista, destacando a figura do homem público, herói nacional, responsável pelos destinos da nação e arquiteto do desenvolvimento. A revista *Exame*, em 1997, retratando pesquisa feita entre historiadores, sociólogos, cientistas políticos e economistas, com o objetivo de identificar qual o melhor presidente do Brasil depois de 1930, apresenta, no topo, o presidente Juscelino como expoente de uma época marcada pelo otimismo e pelo crescimento<sup>2</sup>. Esse resultado indica que as imagens sobre o desenvolvimento brasileiro, do qual JK é o símbolo, continua a responder a anseios de diversos grupos sociais décadas depois do fim do seu mandato. Imagens recriadas e que agora também respondem às expectativas dos anos 90.

Em 2006, o jornal *Hoje em Dia*, no seu caderno Brasília, publicou um conjunto de sete fascículos em comemoração ao cinquentenário do Plano de Metas<sup>3</sup>. O primeiro tratou do Plano Original, o segundo da meta-síntese Brasília e os outros cinco de temas relacionados com as áreas de investimento do plano: energia, transportes, indústria, alimentação e educação<sup>4</sup>. O editorial do Caderno 2 denomina o governo JK como “síntese de uma nova era” e refere-se a Brasília nos seguintes termos: “muito mais do que uma obra física, Brasília, a meta-síntese do presidente JK, sintetizou a força criativa de uma inovadora visão de Nação que, a partir do projeto monumental de Lucio Costa e dos traços geniais do arquiteto Oscar Niemeyer, escreveu um capítulo da história e projetou um novo Brasil para as gerações futuras.”

As duas reportagens acima citadas, uma dos anos de 1990 e outra de 2006, cujos conteúdos podem ser encontrados em inúmeras outras, cumprem o papel de deixar vivo na memória dos brasileiros essa inter-

<sup>1</sup> A entrevista foi gravada em 90 minutos e conduzida pelos seguintes entrevistadores: Marina Amaral, Claudius, Gershon Knispel, Marcelo Salles, Rafic Farah, Thiago Domenici. Fotos: Johnny. Ver *Carros Amigos*, n. 112, jul. 2006, p. 32-38.

<sup>2</sup> V. Juscelino, Getúlio ou Fernando Henrique?. *Exame*, ano 30 (4), 12 fev. 1997, p. 28-30.

<sup>3</sup> *Hoje em Dia*. Caderno de Brasília. Brasília, 23-29 abr. 2006.

<sup>4</sup> Nessas edições, o título vem acompanhado de subtítulos significativos, que reforçam a visão desenvolvimentista como anseio de todos: Energia: o primeiro desafio; Transportes: a integração de um país continente; Indústria: a construção de um novo perfil econômico; Alimentação: alicerces do desenvolvimento; Educação: a busca do futuro. *Hoje em Dia*. Caderno Especial n. 2, p. 3. Brasília, 2006.

<sup>5</sup> Presidente faz elogios ao governo Kubitscheck e se compara a ele. *Folha de S. Paulo*, 21 mar. 2001, p. A3.

<sup>6</sup> BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

pretação sobre a história do país, que anuncia sempre o novo em oposição ao passado que se quer apagar ou desqualificar. Nos anos 1980 esse passado era o governo ditatorial que o movimento das “Diretas Já” trazia para o confronto. Em 2006, último ano do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o processo eleitoral trouxe o tema da democracia e do desenvolvimento para o primeiro plano das discussões.

A Rede Globo de Televisão também não ficou à margem desse processo de produção de memórias. Depois de *Anos dourados*, uma produção de 1986, a minissérie *JK* refez a história, centrando-a na trajetória política de seu personagem principal. Ao anunciar a minissérie para o telespectador, Juscelino é referido como “o homem que proporcionou ao Brasil uma era de ouro sob o signo da democracia e do otimismo”.

Todo esse investimento dos meios de comunicação em reconstruir os “anos dourados” no tempo presente suscita algumas indagações: como entender as referências constantes aos anos 50, elegendo-os como modelo a ser seguido? O que justifica esse investimento em comemorações, em homenagens que visam deixar vivas as lembranças de determinados personagens da história brasileira? Que significados trazem para o presente a referência constante à figura de Juscelino Kubitscheck nos discursos políticos, nas reportagens da imprensa ou mesmo nos temas da historiografia contemporânea?

De Fernando Collor de Melo a Luís Inácio Lula da Silva, as referências positivas ao presidente JK aparecem nos discursos políticos, seja pela idéia de modernidade, seja pela serenidade em administrar as relações entre governo e segmentos sociais diferenciados. Muitos, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, apontaram em Juscelino o “apurado juízo político” e a figura de “herói de um povo”<sup>5</sup>, destacando, no seu governo, a capacidade de planejamento para assegurar a participação do capital privado em obras de interesse público.

No mercado editorial essa tendência celebrativa também se afirma. Em 2002, por ocasião do centenário de nascimento de JK, muitas publicações chegaram ao público leitor, reforçando a mistificação da figura do líder e uma despolitização dos acontecimentos. O livro de Ronaldo Costa Couto exemplifica como a história, construída na interpretação do autor, reforça uma visão linear do desenvolvimento brasileiro, que se fez em torno de alguns atores e de suas decisões políticas. O título do trabalho já é significativo do caminho trilhado por Couto: *Brasília Kubitscheck de Oliveira*. Nas suas palavras, “Brasília é Juscelino, símbolo e obra maior de seu governo e vida. Brasília é ele. É Kubitscheck de Oliveira.” Nessa construção, o heróico, os ritos, o grande evento, sinalizam não só o início de um novo tempo, mas também a possibilidade de um futuro promissor.

Muitos outros trabalhos vieram para confirmar essa apologia do herói nacional. Em *JK, o artista do impossível*<sup>6</sup>, Cláudio Bojunga afirma que o seu período de governo foi um momento mágico de crescimento econômico, democracia política e florescimento cultural. Merecem destaque os depoimentos publicados na contracapa do livro, de pessoas como Gilberto Freyre, Nelson Rodrigues, Luís Inácio Lula da Silva, Cacá Diegues, Walter Moreira Salles, Fernando Henrique Cardoso e Afonso Arinos. Destaco a afirmação de Arinos, que transmite o significado da importância da preservação da memória, garantindo a permanência de deter-

minadas versões sobre o passado no campo de disputas vividas pelos diversos grupos sociais no presente. “De todos nós, é o nome dele que vai durar mil anos. Juscelino estará na memória das gerações porque sua aventura vital foi extraordinária”, diz Arinos sobre JK.

Ao lidar com a questão da memória, Marilena Chaui denomina de história oficial celebrativa o movimento de reafirmação das versões oficiais dos acontecimentos pela realimentação de seus significados por outras produções, que reforçam estereótipos já selecionados pela memória, aquela que sustenta a construção da história do país a partir dos grandes feitos e dos grandes homens. Chaui, ao indagar sobre o significado das lembranças, afirma que lembrar não é reviver, mas refazer, porque é reflexão, compreensão do agora a partir do outrora, é reparação do feito e do ido.<sup>7</sup>

Refletindo sobre o direito ao passado como ato de cidadania, Maria Celia Paoli<sup>8</sup> questiona o movimento que afasta história e memória social, anulando memórias alternativas à do poder instituído, como se elas não fossem suficientemente importantes. Elas são referências de experiências silenciadas ou anuladas, que precisam reencontrar sua dimensão histórica. A autora chama a atenção, no entanto, para essa memória como um campo de disputas, manifestas nas diversidades, nas ambigüidades das lembranças e esquecimentos.

Essas colocações nos levam a refletir sobre as fronteiras entre história e memória e suas vinculações com o político. A escrita da história inclui todas as maneiras como um sentido de passado é elaborado. Se considerarmos que a memória compõe o social, entendido como um campo de tensões e contradições, a reelaboração de memórias como história se insere na luta para que algumas permaneçam hegemônicas e outras sejam marginalizadas ou excluídas. Memórias hegemônicas são construídas e alimentadas nesse campo de lutas e, como podem estar expostas a contestações, para se manterem como dominantes precisam ser recriadas ou realimentadas.

Pensar hegemonia como prática social nos remete à dinâmica da sociedade, na qual as posições dominantes, para conservarem esse estatuto, têm que ser constantemente renovadas, muitas vezes modificadas, compondo um processo contínuo de relações entre o existente e o alternativo ou novo. Ao lidar com a teoria cultural, em *Marxismo e literatura*, Raymond Williams destaca que uma hegemonia vivida é sempre um processo e que ela não existe apenas como forma de dominação:

*A realidade de qualquer hegemonia, no sentido político e cultural ampliado, é de que, embora por definição seja sempre dominante, jamais será total ou exclusiva. Em qualquer momento, formas de política e culturas alternativas, ou diretamente opostas, existem como elementos significativos na sociedade. (...) Nesse processo ativo, o hegemônico tem que ser visto como mais do que a simples transmissão de um domínio (inalterável). Pelo contrário, qualquer processo hegemônico deve ser especialmente alerta e sensível às alternativas e oposição que lhe questionam ou ameaçam o domínio.*<sup>9</sup>

Se pensarmos que essa oposição ou ameaça se constitui no campo das relações de poder, podemos entender que o processo de recriação do hegemônico está também ligado às disputas existentes no presente, que nos levam a um passado reelaborado, constituído em memória, buscan-

<sup>7</sup> Cf. CHAUI, Marilena de S. Os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz/USP, 1987, p. XVII-XXXII.

<sup>8</sup> Cf. PAOLI, Maria Celia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento de Patrimônio Histórico, 1992, p. 25-28.

<sup>9</sup> WILLIAMS, Raymond. Hegemonia. In: *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 116.

do a supremacia de determinados projetos políticos, trabalhando-os como aspirações de toda uma sociedade.

Nesse sentido, pensar a produção de memórias é refletir não o passado, mas a relação presente-passado. O passado tem existência ativa no presente e por isso ele é tão importante: as retomadas das interpretações sobre o Brasil dos anos 50 cumprem o seu papel na politização dessa história que se pretende única e verdadeira, como uma prática social que busca hegemonia nas relações de poder vividas no país.

Debruçar sobre essas questões faz retornar uma indagação básica que acompanha toda a nossa formação profissional, mas que nem sempre paramos para refletir sobre ela: qual o sentido da história na nossa prática de historiadores? Josep Fontana destaca que o maior dos desafios enfrentados pela história na segunda metade do século XX, e que continua presente no século XXI, é o de superar o esquema de progresso universal, que tem como protagonistas os grupos dominantes, considerados atores decisivos na definição dos rumos da história. Para o autor, entre os nossos objetivos estão os de compreender o mundo em que vivemos e o de ajudar os outros a compreendê-lo, acreditando na possibilidade de que um outro melhor é sempre possível. Esse desafio pode ser enfrentado se tivermos a disposição “de renovar o instrumental teórico e metodológico para que ele sirva para voltar a entrar em contato com os problemas reais dos homens e das mulheres do nosso tempo, dos quais a história acadêmica, incluindo as variantes pós-modernas, distanciou-nos”.<sup>10</sup> Uma história dedicada aos problemas dos homens e mulheres do nosso tempo, respeitando as diversidades de culturas e as diferenças entre os grupos sociais, não poderia se furtar a dialogar com as produções portadoras do sentido de luta pela hegemonia em um país tão marcado pelas desigualdades e pela exclusão social.

O fio condutor que alimenta as interpretações aqui referidas é a idéia de progresso, que propaga a confiança nas possibilidades do país, projetando sempre para o futuro a viabilidade de outros “anos dourados” que incorporassem as mudanças almejadas pela população. Assim, adquirem sentido as alusões constantes ao crescimento econômico e à democracia política, como marcas daquele tempo (os anos 50), só possíveis pela presença de um líder como JK. Seria ele o responsável pelas transformações econômicas e sociais, na ótica do desenvolvimentismo, que assegurariam um novo tempo, novo nos limites do capitalismo em que vivemos. Em meio a essas transformações, o Plano de Metas é apresentado como a expressão de um governo que tem no planejamento sua base de ação, capaz de resolver os problemas de um país que se pretende moderno.

O Plano de Metas condensa o slogan do governo JK – 50 anos em 5. Ele se insere em uma política de desenvolvimento mais global, que caracterizou a economia brasileira nos anos 40 e 50, e que resultou nos planos governamentais voltados para a criação de condições estruturais que impulsionassem o processo de industrialização nacional. A ênfase no planejamento e na intervenção estatal já estava nas recomendações da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e nos estudos do grupo Cepal-BNDE.

Essa política de planejamento tem sido um tema privilegiado pela historiografia. Nesses estudos, a ênfase nas seis grandes áreas, em que se concentravam prioritariamente os esforços do governo, transformadas

nas 30 metas, demonstram como os rumos da economia se colocam no centro de um processo histórico em mudança. Expansão dos serviços básicos de energia e transportes; industrialização de base; valorização do trabalhador; educação para o desenvolvimento e planejamento regional e urbano são as áreas em torno das quais foram definidas as 30 metas, às quais se acrescentaram mais duas: Operação Nordeste e Brasília. Esta última, apresentada como meta-síntese, simbolizava a capacidade de iniciativa, o arrojo da política de modernização e a opção do país pelo desenvolvimento, interpretação que obras recentes reforçam, como as publicadas nestes anos 2000 e já referidas.

Tal historiografia, portanto, elege a política econômica como tema central, e é em torno dela que a trajetória do país é analisada<sup>11</sup>. São interpretações apoiadas em amplas pesquisas e construídas em referenciais que demonstram o compromisso de seus autores com o trabalho acadêmico. Emergem nelas, entre outras questões, as contradições do período, as críticas à construção da nova capital ou a sua elevação à categoria de símbolo do governo JK, a ideologia do desenvolvimento e seu papel estratégico na modernização do país nos marcos do capitalismo. Valorizando o papel da ideologia desenvolvimentista, a atuação do Estado na condução do desenvolvimento brasileiro, ou ainda a política econômica dos anos 50, essas análises corroboram a memória oficial celebrativa, mesmo que essa não seja a intenção de diversos autores.

Apresentando *Brasília e o Plano de Metas* em seus estudos de pós-graduação, Moreira ressalta o significado da “era do desenvolvimento capitalista planejado”:

*A principal característica da campanha de Juscelino Kubitschek à presidência da República foi o Plano de Metas, que transformou o desenvolvimento e o planejamento econômico em palavras de ordem do então aspirante e futuro presidente do Brasil. O Plano de Metas era claramente favorável à modernização e visava a aprofundar o processo de industrialização nacional, por meio de um programa de substituição das principais importações efetuadas pelo País. O plano buscava tanto atacar os chamados “pontos de estrangulamentos” da economia, que dificultavam o incremento industrial, quanto incentivar os investimentos privados de capital nacional e estrangeiro. O plano era composto de 30 metas distribuídas entre os setores da energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústrias de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30). Brasília não constava, inicialmente, do programa de governo de Juscelino... Quando Juscelino toma posse do cargo de presidente da República, em janeiro de 1956, o Brasil parecia estar entrando definitivamente em uma nova era: a era do desenvolvimento capitalista planejado.*<sup>12</sup>

Assim, o ideal juscelinista continua sendo apresentado como símbolo da modernidade e o planejamento, permanecendo como tema, recupera a noção de progresso como motor da história. Essas interpretações contribuem para a afirmação da hegemonia de uma dada memória, a que se reconstrói nesses olhares que se jogam para o passado, mas respondendo, em cada tempo histórico, as inquietações que emergem nele.

Ao retomar essa perspectiva na sua linearidade, toda produção, do texto jornalístico ao trabalho acadêmico, tem contribuído para mistificar a figura do herói e a do governo como a instituição capaz de atender anseios e esperanças da população. Nesse movimento, que recons-

<sup>11</sup> Ver, entre outros, BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, e LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960)*. In: GOMES, Angela de Castro. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

<sup>12</sup> MOREIRA, Vania Maria Losada. *Brasília: a construção da nacionalidade – um meio para muitos fins*. Vitória: Edufes, 1998, p. 28.

trói a memória hegemônica nos marcos do capitalismo brasileiro, são apagadas ou desconhecidas outras memórias, portadoras de outras histórias, que falam de experiências diversificadas que são vividas no social, não como memórias em confronto, mas como memórias que compartilham de significados presentes na hegemonia (como a figura do herói), colocando ao mesmo tempo, na cena histórica, outros personagens, também heróicos.

### **Outras memórias, muitas histórias**

Se muitas publicações têm cumprido esse papel de reavivar memórias hegemônicas, buscando consolidá-las nas exigências solicitadas pelo processo político no presente, não são só elas que contribuem na reafirmação de uma memória social sobre o desenvolvimentismo. Muitos são os lugares de memórias: arquivos, monumentos, comemorações. Em todos há uma função pedagógica que ensina, seja através da organização documental, seja pelo conteúdo reafirmado do que é visível ou do que é ressaltado como significativo.

Na preservação da memória sobre a construção de Brasília, o Arquivo Público do Distrito Federal cumpre um papel importante. Ele foi criado em 1985, com a finalidade de preservar e garantir proteção especial à documentação arquivística de valor permanente do governo do Distrito Federal e documentos de caráter privado ligados à história da cidade, compreendendo documentos textuais, filmes, fotografias e mapas. Os arquivos públicos são lugares de memórias que cumprem uma função importante na preservação da hegemonia. Muito do que se encontra arquivado neles são documentos (oficiais ou particulares) que possibilitam uma construção do passado em que o Estado e os grupos próximos ao poder estatal aparecem como os sujeitos sociais condutores do processo histórico nacional.



Juscelino saúda o povo durante a inauguração de Brasília.  
21 abr. 1960.



Esses documentos, a exemplo da figura 1, são fontes que devem ser investigadas, porque também nos dizem da dinâmica social vivida por muitos em um dado espaço e tempo históricos. É função do historiador dialogar com eles, tentando entender como e porque foram produzidos e guardados e que papel cumprem na luta pela hegemonia no social. Isso nos leva a refletir sobre o sentido da história na nossa prática cotidiana, questionando visões autorizadas sobre o passado.

No trabalho do Arquivo Público do Distrito Federal (APDF) destaca-se o Programa de História Oral, iniciado em 1987, formado por um conjunto de aproximadamente 170 entrevistas com duração média de 01 hora e 40 minutos cada. Todas as entrevistas estão transcritas e podem ser consultadas pelo usuário. No Projeto Construção de Brasília, fruto dos objetivos e finalidades para as quais foram geradas, as entrevistas seguem um padrão único, iniciando com os dados biográficos do depoente, incluindo aí informações sobre a família, atuação profissional e atividades exercidas antes da transferência para a nova capital, as experiências do depoente em Brasília no período da construção, tecendo comentários a respeito das obras, das equipes de trabalho, das condições de vida e acidentes, dos salários e possibilidades de lazer, entre outros. As entrevistas são, portanto, temáticas, feitas a partir de levantamento de dados e definição de roteiros, por técnicos especializados, gravadas no período de 1989 a 1998. Foram realizadas com pessoas que de alguma forma participaram ou vivenciaram o período da construção da nova capital, como engenheiros, arquitetos, funcionários da Novacap, trabalhadores da construção civil e outros.

Em primeiro lugar é indispensável reconhecer o mérito desse projeto. Os trabalhos dos arquivos são imprescindíveis para a nossa atividade de historiadores porque eles lidam com as fontes com as quais dialogamos. A preservação de documentos, e agora a disponibilização de vários acervos pela internet, tem facilitado a nossa tarefa de pesquisa. Em segundo lugar, é preciso refletir sobre o uso desse material como fontes. Mesmo que as entrevistas tenham sido gravadas por outros pesquisadores, com outros objetivos, elas constituem depoimentos de pessoas que nos falam de experiências diversas no passado, ampliando os sentidos do que é lembrado, fazendo-nos questionar a universalidade proposta pelas versões oficiais sobre a história da cidade.

Os depoimentos são narrativas individuais, mesmo feitas a partir de um roteiro propiciado pelo levantamento de dados e conduzido por técnicos habilitados. Como narrativas individuais trabalhadas em conjunto, eles podem evidenciar vivências comuns de pessoas que enfrentaram o desafio de reconstruir suas vidas em outro local, muitas vezes distante do lugar de origem. Podem também revelar experiências diversas do ser trabalhador em uma cidade em construção. Mas, mais do que isto, podem desvendar diversidade de valores e expectativas, porque reconstruídos cotidianamente a partir das experiências de cada um, o que vai levando os narradores a rever sonhos e a reconstruir alternativas.

A historiadora Yara Aun Khoury, ao discutir o uso das narrativas orais na investigação da história social, salienta que "as fontes orais são únicas e significativas por causa de seu enredo, ou seja, do caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores para

<sup>13</sup> Ver KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. *Projeto História*, n. 22, São Paulo, Educ, jun. 2001, p.79-103.

<sup>14</sup> Cf. KHOURY, Yara Aun. De narrativas e narradores. As muitas memórias de uma cidade. *Anais*. VI Encontro Nacional de História Oral/USP. São Paulo: ABHO, 2002 (CD-ROM).

<sup>15</sup> NASCIMENTO, Oswaldo Alves do. *Depoimento*. Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, 24 p.

contá-la. Por meio dessa organização, cada narrador dá uma interpretação da realidade e situa nela a si mesmo e aos outros, e é nesse sentido que as fontes orais se tornam significativas para nós.”<sup>13</sup>

Em comunicação apresentada no VI Encontro Nacional de História Oral, Khoury<sup>14</sup> ressalta a importância, nas nossas investigações sobre cidade, de pensarmos os espaços como lugares construídos e compartilhados, fruto das tensões e disputas vividas. As experiências de cada um nos falam dos lugares sociais ocupados pelos diversos sujeitos que habitam, moram, trabalham e se divertem na cidade, e elas são constantemente ressignificadas e atualizadas pelas memórias, que nos chegam pela via das narrativas.

Um dos entrevistados pelo APDF foi o sr. Oswaldo Alves do Nascimento<sup>15</sup>, natural de Mulungu, no Ceará. Em Brasília foi servente e pedreiro com vínculo com a Novacap e com empresas construtoras. Para ele, Brasília é o resultado de um trabalho coletivo, onde as pessoas passaram por inúmeras dificuldades, mas que “valeu a pena”. Tendo vivido a maior parte da sua vida na cidade, ela é hoje o seu ponto de referência, porque as lembranças do Ceará são de tristezas: “Não, eu aprendi a amar essa cidade, você pode ter certeza. Eu não sei, porque foi uma coisa que eu vi nascer, você entende? Eu realmente, eu aprendi amar essa cidade. Eu hoje não trocava Brasília por lugar nenhum do Brasil. Também, não conheço outro, conheço Brasília. Então essa eu sei, conheço de perto.”

É do espaço que ele ocupa na cidade hoje, do que conseguiu realizar, mesmo não conhecendo outros lugares além do Ceará, que ele olha para o passado e lhe atribui significados:

*É, eu fui uma criança como todas. Nasci em Mulungu, Novas Russas, estado do Ceará. É, perdi meus pais logo, muito cedo. Um ano de idade perdi meu pai e aos 9 anos perdi minha mãe. Então fui criado com... meus irmãos e minha vó. Estive na tutela dela até a parte de... atingir a maioridade. Depois disso, como todo mundo sabe, o Ceará é uma terra que tem o fenômeno da seca... que sempre traz problemas a todos, principalmente pessoas mais carentes, que foi o meu caso, né? Eu tive que procurar melhores, assim, uns melhores dias, pelo menos perspectiva de vida melhor do que aquela nossa lá do interior. Com isso surgiu Brasília, eu realmente... teria assim muita vontade de sair daquele nosso lugar. Não, não em si pelo fato do lugar não ser bom para se viver, mas sim pelo fenômeno da seca, que isso atrapalha muito as pessoas do campo, né?*

A seca condensa a imagem da exclusão social e da falta de condições de sobrevivência no Ceará. Nela, emergem as características das relações sociais desiguais que afetam todos os trabalhadores que, como o Sr. Oswaldo, lutaram para realizar os seus sonhos de melhores dias. Nessas condições, a construção da capital no Planalto Central aparece como uma possibilidade, para muitos, de mudar de vida. As notícias sobre a nova cidade, “onde se puxava dinheiro com rodo”, atingem as regiões mais longínquas e uma população não letrada, que sabia das notícias pelo contar de amigos e parentes. O viver em Brasília nos anos noventa, quando a entrevista foi gravada, não apaga as lembranças dos primeiros tempos, onde a vida era difícil.

Muitos entrevistados relatam as dificuldades com a rotina do tra-

balho, os acidentes nas obras, as péssimas condições de alimentação, lazer e atendimento médico, em uma região que carecia de infra-estrutura. Esses são elementos que aparecem em várias entrevistas: as longas jornadas, as poucas horas de folga, as reduzidas atividades de lazer, restritas ao jogo de futebol e às idas para a zona de meretrício no Núcleo Bandeirante, a presença de acidentes em obras que não possuíam formas de prevenção e os salários, baixos, mas suficientes:

*É, o salário... poderia não ser muito bom, mas como você não tinha tempo de gastar, acabava sobrando dinheiro. É, você não tinha bens de consumo, na época não tinha. Então aqui se vivia uma vida praticamente sem despesas. Você tinha comida nas construtoras, e isso, tirava aquele dinheiro praticamente livre. Você teria o que? Às vezes no mês teria uma ou duas saídas no máximo... Núcleo Bandeirante, qualquer coisa assim. Então não tinha quase como você gastar. Se nós hoje... o salário que a gente tem, se nós tivéssemos na mesma vida, eu acho que se passássemos dois anos em Brasília, saía daqui mais ou menos, o pessoal já com ... pé-de-meia feito, não é? Porque... hoje não, você tem despesa disso, daquilo, manutenção de carro, combustível... Tem várias opções de programa para serem feitos. Naquela época não se tinha isso. Você vivia mais ou menos só para o trabalho!*

Estas lembranças individuais são carregadas de testemunhos de uma época (v. figura 2). Elas nos dizem de outras vivências e constroem outros significados para a construção da nova capital. São a partir das vivências pessoais que se entrecruzam memórias privadas e representações oficiais. Nos depoimentos dos trabalhadores de Brasília muitos elementos ressaltados pelas versões hegemônicas estão presentes, mas é do lugar que ocuparam e que ocupam no cenário da cidade que eles falam dos “anos dourados”, dando a eles o significado de luta e colocando-se também como heróis no processo de mudanças. Muitos se intitulam pioneiros, dando a essa palavra o significado de desbravadores, como também o foram JK, Bernardo Sayão<sup>16</sup> e outros.



Grupo de trabalhadores chegando a Brasília. 12 out. 1959.

<sup>16</sup> Bernardo Sayão foi um dos diretores da Novacap, encarregado da construção da estrada Transbrasiliana (Belém-Brasília). Morreu em consequência de um acidente, em 1959, nos trabalhos de abertura dessa estrada. Os trabalhadores fazem referência a Sayão como um chefe que os tratava como iguais a ele e convivia nos canteiros de obra com todos, conversando, dividindo mesas de refeitórios, compartilhando histórias.

Para o sr. Manoel Ramos dos Santos<sup>17</sup> Brasília “significou muita coisa”. Natural de Tupirama, Goiás (hoje Tocantins), veio para a nova capital em 1958. Como muitos, logo arrumou emprego em uma construtora. Foi servente de pedreiro, auxiliar de carpinteiro e auxiliar de almoxarifado. Na década de 1960 foi para o Ministério da Marinha como voluntário, ingressando no quadro de pessoal civil e prestando serviço à Presidência da República desde 1968. Ele traz nas suas histórias o perfil do trabalhador candango. Garoto, saiu com seus pais de Goiás para o Maranhão, mas as suas vindas para Goiás, onde estava parte da família, eram constantes. De família de agricultores, trabalhou na roça com plantação. Veio para Brasília com “a expectativa de ganhar dinheiro, arrumar um emprego”. É como funcionário público, condição que tem desde os anos sessenta, que ele avalia o significado da construção da nova capital:

*Para mim significou muita coisa. Pode ser que se eu tivesse ficado na minha cidade, no Maranhão, ou no Guaraí, não sei, em Tupirama, a única coisa que eu podia ter me aprimorado mais era trabalhar na roça, na agricultura...*

*Mas eu gostei muito da construção de Brasília, me dei muito bem. Primeiro que eu conheci essa menina, me casei com ela aqui... e consegui boas coisas aqui em Brasília, porque através de Brasília eu comprei uma fazenda com 200 alqueires lá no Maranhão. Eu tenho duas casas aqui em Brasília. Então eu tenho três filhos, todos os três filhos estudam...*

Na narrativa do sr. Manoel Ramos, a cidade emerge como o lugar onde ele construiu sua vida como trabalhador e morador. Ao se colocar como sujeito da sua própria história, destaca que foi ali que ele se estabeleceu, pôs os filhos para estudar e conseguiu uma vida com mais conforto. O período da construção aparece assim como o início de uma trajetória de luta de muitos que, como ele, foram em busca de emprego e de uma vida melhor e que, nos anos noventa, é relatada como vitoriosa, pela moradia que conseguiram comprar, pelo emprego dos filhos, muitos com ensino superior, pela ajuda que deram às famílias no nordeste. Se muita gente foi privilegiada e, como diz, “tem muita gente rica do começo de Brasília”, a cidade também proporcionou a convivência entre as pessoas, mesmo porque muitos permanecem ali até hoje:

*Eu acho que Brasília, de uma certa parte, deu situação boa pra muita gente. Primeiro, que as pessoas tiveram oportunidade de se conhecerem, porque tem gente que mora no interior, uma cidade a 20 quilômetros e ele não conhece a cidade. Então, surgiram essas coisas assim, agora, por exemplo, como surgiu Brasília, tá surgindo a cidade de Palmas no Tocantins... A cidade de Palmas lembra muito a construção de Brasília. E tem muita gente trabalhando. E uma cidade, não tinha nada lá, que nem não tinha aqui em Brasília. Então eles começaram do nada e tão fazendo a cidade...*

Essa comparação é feita pelo sr. Manoel em 1990. Brasília e Palmas aparecem como iniciativas que desbravaram o interior do país e criaram oportunidades para muitos trabalhadores. Ela traz uma avaliação sobre a edificação de cidades no interior do Brasil “como muito boa não só pras pessoas que vieram como para a região”, pois possibilitou o crescimento da área urbana e dos serviços básicos oferecidos à população,

melhorias no sistema de comunicação entre as regiões e oportunidades de emprego, elementos esses divulgados pela imprensa e ressaltados nos discursos oficiais.

Nestes, o enfoque é na cidade – capital federal, edificada a partir do projeto de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. A imprensa, ao destacar a participação dos trabalhadores na edificação da cidade, enfoca os primeiros alojamentos, sua presença nos edifícios em construção e a vida cotidiana na Cidade Livre<sup>18</sup>. Os trabalhadores que participaram do programa de História Oral do APDF falam das suas vivências na fase de construção de Brasília e elaboram significados em que representações oficiais e memórias privadas se entrecruzam. Muitos elementos enfatizados pelas visões hegemônicas sobre o processo político do período estão presentes nas interpretações dos trabalhadores, entre elas a figura de JK como homem de valor e a construção de Brasília como importante para o desenvolvimento do Brasil.

Na fala de muitos trabalhadores entrevistados pelo Arquivo Público do Distrito Federal, a cidade de Brasília aparece como elo de ligação entre o passado de privações, principalmente no nordeste, como nos disse o sr. Oswaldo Alves do Nascimento, e o presente construído nas lutas por conquistas que levaram a modificações e reorganizações nos espaços ocupados. No planejamento governamental, a cidade não deveria abrigar aqueles que se deslocaram de outras localidades para trabalhar nela. O que se esperava era o retorno dos trabalhadores aos seus locais de origem. Mas muitos teimaram em ficar e lá permanecem. Com isso, os candangos remodelaram o projeto de cidade e a transformaram pelas suas vivências, legitimando lugares e cenários que também têm importância na história de Brasília. O Núcleo Bandeirante<sup>19</sup> é, nesse sentido, uma referência sempre presente nas lembranças dos trabalhadores:

*Olha, a Cidade Livre era o núcleo de abastecimento de todas essas firmas que trabalhavam aqui. Mas acontece o seguinte: a Cidade Livre era uma cidade de passeio, porque nós que trabalhávamos na obra, todo mundo morava no alojamento. Nós só vinha fazer compra aí e voltava de novo. O pessoal daqui não podia freqüentar, a não ser aqueles comerciantes, aquele povo que morava mesmo dentro da cidade e que moravam lá. Mas nós, por exemplo, peão, vinham os caminhões cheios de peão para fazer compra. Faziam as compra e iam embora.*

Respondendo à pergunta da entrevistadora — “Então vocês nem freqüentavam as boates, a vida noturna? —, o sr. Manoel Pereira da Silva<sup>20</sup> continua:

*Não existia, não existia. Depois, muito tempo, surgiu a primeira zona no Núcleo Bandeirante. O primeiro hotel de mulheres chamava-se Barra Mansa. Aí depois surgiu a zona.*

*Pergunta: Isso em que ano, o senhor lembra mais ou menos?*

*Foi em 58. Aí depois surgiu a zona boêmia e em seguida veio a parte de... tinha muita mulher. Mas quando nós chegamos aqui nem mulher existia. Não tinha, não. Só aqueles casais, aqueles comerciantes lá no Núcleo Bandeirante...*

Silva é natural do Piauí, seus pais eram lavradores. Trabalhou em

<sup>18</sup> Ver, entre outras, a reportagem: Vida e Morte da Cidade Livre. *Manchete*. Rio de Janeiro: Bloch, 14 maio 1960. Nessa reportagem, no momento em que pairava a dúvida sobre desaparecimento da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), a matéria convoca os leitores a pensarem sobre a importância dos trabalhadores na edificação da nova capital federal: “Sem esta, que nasceu espontaneamente, sem risco de Lucio Costa e belezas arquitetônicas de Niemeyer, que seria da outra? Decerto não teria sido construída, com tanta velocidade e entusiasmo...”.

<sup>19</sup> O Núcleo Bandeirante surgiu em 1956 com o nome de Cidade Livre, porque lá era não só permitido residir como também negociar, com isenção de tributação. Foi em 1961 que o governo, pressionado pelo movimento popular, cria oficialmente o Núcleo Bandeirante.

<sup>20</sup> SILVA, Manoel Pereira da. *Depoimento*. Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, 23 p.

<sup>21</sup> MAZZOLA, Philomena Leporoni. *Depoimento*. Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1988, 25 p.

loja de tecido e farmácia, “porque lá no norte não tem separação. Farmácia, loja, é tudo a mesma coisa”. Em 1957 veio para Brasília tentar a vida, hospedando-se no Hotel Caçula, no Núcleo Bandeirante. Foi peão de obra, trabalhou na Usina Saia Velha e na construtora Pacheco Fernandes. Ao falar da convivência com outros trabalhadores nos alojamentos, refere-se a eles como o lugar onde se contava histórias sobre as pessoas que haviam ficado nos seus locais de origem.

A Cidade Livre (Núcleo Bandeirante), conforme a figura 3, aparece, nesse contar de histórias, como local de passeio e de compras. Era lá o lugar do comércio: de rapadura a rádio, tudo podia ser encontrado ali. Espaço da convivência, onde as pessoas compartilhavam lembranças dos lugares de origem, nos relatos dos casos vividos, e do lazer. Era também o local do atendimento médico, já que lá ficava o Hospital Juscelino Kubitschek.



Núcleo Bandeirante. *Manchete*. 14 maio 1960.

Várias pessoas falam da importância do Núcleo Bandeirante nos primeiros tempos, não só os que vieram para trabalhar nas construtoras, como também os que vieram tentar a vida em outras atividades como autônomos. As referências que Philomena Leporoni Mazzola<sup>21</sup> faz do lugar são representativas da sua importância nas trajetórias daqueles que escolheram a cidade para morar. Ao contrário de muitos que se empregaram na construção civil e das lembranças de um nordeste de sobrevivência difícil, Philomena, filha de pais italianos, é natural de Ribeirão Preto e foi criada em São Paulo. Ela e o marido, que era construtor, vieram para Brasília (“em busca de aventura”) influenciados pelas

notícias dos jornais. Chegando em 1957, foi no Núcleo Bandeirante que se instalou. Foi parteira, o que lhe possibilitou a convivência com muitas mulheres: “as mulheres trabalhavam... a maioria lavava roupa; faziam doces pra vender, elas abriram uma cantina para vender as comidas e não tinham as comidas. Elas compravam aquelas marmitas e vendiam as marmitas.” Na sua interpretação, trabalhadores e Núcleo Bandeirante não se separaram, “porque quem ajudou a construir Brasília, é verdade que foram os trabalhadores, mas se não tivesse o Bandeirante, onde os trabalhadores comeriam, comprariam as coisas, não teriam feito a capital. Eles dependiam tudo do Bandeirante. Tudo era aqui.”

Falar das dificuldades e das realizações de cada um, das aventuras vividas ou das expectativas concretizadas nesses anos de pioneiros e depois moradores na capital federal, ou seja, falar do vivido, se mescla com interpretações sobre o significado da construção de Brasília que são elaboradas no hoje, de acordo com o lugar social que as pessoas entrevistadas ocupam na cidade, mas que também contêm e recriam elementos da memória hegemônica, ela mesma recriada nas perspectivas do presente.

Consideramos expressiva a manifestação de Severino Manoel dos Santos<sup>22</sup> — um paraibano que chegou no Planalto Central em 1958, trabalhou na construção civil e depois foi ser guarda florestal — sobre o significado da construção de Brasília. Nas suas palavras, “foi o descobrir de um Brasil. Acho que Brasília ... foi o restinho do lençol retirado de cima da cauda do gigante. E Juscelino veio e fez o bicho ficar em pé...” Essa interpretação retoma a visão de herói nacional do presidente JK e a idéia de progresso como fio condutor da história. Porém, ao exprimir seu reconhecimento ao ex-presidente e à obra de seu governo, ele, em várias passagens da sua entrevista, fala da importância dos trabalhadores “para o descobrir de um Brasil”.

Ao longo do tempo, muitas memórias têm sido realimentadas na busca da “história certa” que pudesse justificar os destinos do país. Datas, personagens, programas de governo são revigorados de tempos em tempos para justificar opções políticas. Como historiadores, buscamos entender as razões dessas elaborações e como a projeção de um determinado passado, selecionado e recriado, visa garantir a sua própria sobrevivência. Muitas lembranças individuais nos trazem elementos de uma memória hegemônica sobre os anos dourados. As narrativas dos trabalhadores entrevistados pelo Arquivo Público do Distrito Federal trazem o passado a partir das relações construídas por eles, relações ambíguas e contraditórias, que expressam as lutas pela sobrevivência nesse país de desigualdades sociais profundas. Ao falarem a partir de um tempo e de um espaço determinados, verbalizam não as versões oficiais sobre o acontecido, mas uma nova relação entre elas e as lembranças individuais, em meio às quais o passado é recriado no presente, através de um processo de reelaboração e transmissão de significados.

Na nossa prática cotidiana de historiadores, lidamos com materiais de pesquisa os mais diversos; construímos interpretações sobre temas que consideramos significativos para o entendimento da história do país; estudamos o passado com base em referenciais teóricos que nos ajudam a produzir um conhecimento sistematizado que tenha sentido nas problemáticas presentes na realidade social; manifestamos nossas expectativas e nossos valores nessa produção. Considerando que, como histori-

<sup>22</sup> SANTOS, Severino Manoel dos. *Depoimento*. Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1990, 18 p.

adores, somos também agentes desse processo de reconfiguração do passado, que práticas sociais são relevantes para a história que queremos escrever e quais são os caminhos para fazê-lo? Indagar como os temas e os conteúdos são definidos e qual o sentido político dessa definição; questionar as nossas relações com as fontes, buscando nelas expressões das memórias populares; entender que as práticas de pesquisa e docência são opções políticas, que envolvem tanto uma construção de passado como de futuro; questionar os processos de constituição de hegemonias que se fazem nas lutas travadas no social, e buscar também outros sentidos para o vivido, podem nos ajudar no caminho de construção da politização da nossa prática de historiadores.

Com estas reflexões, na análise dos “anos dourados”, recolocamos a inquietação inicial da qual partimos: que significados têm no presente essas referências ao período, e ao presidente JK, nos discursos políticos, nos meios de comunicação e nas produções acadêmicas?



*Artigo recebido em janeiro de 2007. Aprovado em maio de 2007.*